

494/2006	GILDETH BATISTA DE SOUZA	R\$ 27,53 GLOBAL	EDU.	UM DIA 09/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: EUNICE PEREIRA MORAES DA SILVA, NA UMEI MONTEIRO LOBATO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

495/2006	REGIANE RODRIGUES DA SILVA	R\$ 175,95 GLOBAL	EDU.	09/06/2006 A 14/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: IZABEL ROSA MARQUES DE OLIVEIRA, NA E.M. VILA ROSELY, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

496/2006	APARECIDA MARIA RIBEIRO DE MOURA	R\$ 1.319,66 MENSAL	EDU.	09/06/2006 A 16/07/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARLEI ARAUJO FARIAS, NA E.M. R. VILA BUENO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

497/2006	LUÍZA FERREIRA VAZ	R\$ 197,97 GLOBAL	EDU.	12/06/2006 A 16/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: SILMARA HELOISA DOS SANTOS MEDEIROS, NA E.M. R. PROF. DERSI, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

498/2006	IRANI ALVES DE SOUZA	R\$ 232,17 GLOBAL	EDU.	12/06/2006 A 21/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA ODETE BASILIA NOGUEIRA, NA E.M. ROSALINO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

499/2006	ROSELY DOS SANTOS FERREIRA	R\$ 417,91 GLOBAL	EDU.	13/06/2006 A 30/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: OZIEL MILTON RODRIGUES, NA E.M. PRINCESA ISABEL, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

500/2006	NILDA DE SOUZA SANTOS	R\$ 27,53 GLOBAL	EDU.	UM DIA 14/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: FRANCISCA DE CARVALHO DOS SANTOS, NA UMEI GABRIEL, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

501/2006	VALDIRENE DA SILVA LIMA	R\$ 36,50 GLOBAL	EDU.	UM DIA 14/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: IVANILDA ALVES DE SOUZA GUIMARÃES, NA UMEI MONTEIRO LOBATO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

502/2006	MARCIA DA SILVA PAULINO MATOS	R\$ 27,53 GLOBAL	EDU.	UM DIA 14/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARCIANI DA SILVA PAULINO, NA UMEI JOÃO DE PAULA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

503/2006	NIVALDA RODRIGUES DO NASCIMENTO	R\$ 660,78 MENSAL	EDU.	14/06/2006 A 03/07/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: REINALDO RODRIGUES DIAS, NA E.M. DULCINEIA CASCAO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

504/2006	VERA LUCIA RODRIGUES CONTO	R\$ 879,77 MENSAL	EDU.	14/06/2006 A 03/07/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: FRANCISCA EDILEUZA MENDES DA SILVA, NA E.M. EDIVALDO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

ADITIVOS

1568/2005	CARIVALDO LOPES DOS SANTOS	R\$ 980,00 MENSAL	AÇÃO SOCIAL		
1º TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE OBJETO E VALOR DO CONTRATO PRIMITIVO DE Nº 1568/2005, APARTIR DO DIA 01/06/2006.					

RESCISÕES					
2406/2005	VIVIANE SILVEIRA FERREIRA DE LIMA		AÇÃO SOCIAL		
RESCISÃO CONTRATUAL DO CONTRATO PRIMITIVO DE Nº 2406/2005, APARTIR DO DIA 10/06/2006.					

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

Licitação

CÁRITAS DIOCESANA DE RONDONÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 001/2006.
TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO".

A CÁRITAS DIOCESANA DE RONDONÓPOLIS torna público para o conhecimento dos interessados que por ordem do seu Presidente, através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizará a tomada de preços em epígrafe **às 8:00 HORAS DO DIA 17 (DEZESSETE) DE JULHO DE 2006**, na sala de Administração da Cáritas, localizada à Avenida Bandeirantes, 1474, Vila Operária, em sessão pública, com início aos trabalhos de recebimento e abertura dos envelopes **nº 01 e 02**, contendo os documentos de habilitação e proposta comercial, respectivamente para execução dos seguintes objetos:

"AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O PROJETO DE CONSTRUÇÃO DE CASAS, POPULARES A FAMILIAS CARENTES DO PROGRAMA MEU LAR, EM DIVERSOS BAIRROS DE RONDONÓPOLIS".

A presente licitação será realizada em conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores e nas condições estabelecidas neste Edital. Os interessados poderão retirar o envelope contendo o edital completo na sede da Cáritas Diocesana de Rondonópolis, no endereço acima citado. No horário das 8:00 às 10:00 horas, das 13:00 às 16:00 horas.

Rondonópolis - MT, 26 de junho de 2006.

ERONICE ALVES DE SOUZA
Presidente da Comissão de Licitação

"TERMO DE CLASSIFICAÇÃO Nº 005/2006."

O Senhor **ADILTON DOMINGOS SACHETTI**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente nos termos do Artigo 24, inciso XIII e Artigo 26, todos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizadas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.088/98, **RATIFICA O PROCESSO E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2006**, com base no Parecer Jurídico nº 642/2006, emitido pelos Procuradores deste Município, Drs. Marinelly de Araújo Viégas Orlato e Luciana Correa Lopes Ribeiro, a favor da empresa: **"IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL"**, associação civil de direito privado, com sede social no Largo IBAM 1, Bairro Humaitá, Município do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ nº 06.908.000/0001-98.

Objeto: **"Prestação de serviços Técnicos de Desenvolvimento Institucional para execução dos projetos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, incluindo o sistema de Avaliação de Desempenho da Prefeitura"**.

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso XIII, c/c o Artigo 26, todos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no Diário Oficial do Município, em Jornal de grande circulação local, no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, para ciência de todos interessados, observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 26 de junho de 2006.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI.
Prefeito Municipal.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

DE ACORDO:

DR. ADILSON PINTO DA SILVA.
Procurador Geral do Município.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: "TOMADA DE PREÇOS Nº 025/2006."

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, torna público a todos interessados, que em Licitação na Modalidade de Tomada de Preços nº 025/2006, realizada na Sala de Licitações da Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura, tendo como objeto **"AQUISIÇÃO DE UM ARCO CIRÚRGICO PARA ORTOPEDIA PARA SER UTILIZADO JUNTO AO HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL"**, conforme especificações contidas no anexo I do edital, que após a análise detalhada das propostas apresentadas pelas empresas participantes, foi considerada **CLASSIFICADA E VENCEDORA DESTA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, a empresa:

- VMI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, no valor de **R\$ 188.218,00** (cento e oitenta e oito mil e duzentos e dezoito reais).

Rondonópolis-MT, 14 de junho de 2006.

SILVIA MARIA DE MOURA BONJOUR.
Presidente da Comissão de Licitação.



Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VII - Nº 1294 - Segunda-feira, 26 de Junho de 2006

Poder Executivo

Lei

LEI Nº 4.862, DE 20 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o exercício de 2007, e dá outras providências.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2007 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, Entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecendo às diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 2º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município para 2007, será elaborado com estrita observância às diretrizes fixadas nesta Lei, aos princípios estabelecidos no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e do art. 32 da Lei Orgânica do Município de Rondonópolis, à legislação vigente em especial a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- Orçamento Fiscal;
- Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º - A proposta orçamentária para 2007 conterá metas e prioridades da Administração, estabelecidas no Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

§ 1º - As metas e prioridades fixadas no Anexo de que trata este artigo terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2007, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio fiscal que constitui a base que irá assegurar as ações de desenvolvimento visando às melhorias do índice de desenvolvimento humano.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

Expediente	
Prefeito Municipal	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social	Rosemari Linde Sachetti
Secretaria de Administração	Gastão de Matos
Secretaria de Agricultura	Adão Hipólito Garay da Silva
Sec.de Desenv.Econ.e Meio Ambiente	Elio Rásia
Secretaria de Educação	Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento	Eugênia Lemos BarrosBarbara
Secretaria da Receita	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte,Transito e Desenv. Urbano	Alexandre de Azevedo Torres
Procuradoria Geral do Município	Adilson Pinto da Silva
CODER	Milton Luiz Araújo
SAPEAR	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO	Josemar Ramiro e Silva
ServSaúde	Reginaldode SouzaSantos

b) - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

d) - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não geram contratação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de maio de 1990 do Ministério do Orçamento e Gestão e alterações posteriores.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º - As atividades e projetos serão desdobrados exclusivamente para especificar a localização das respectivas ações, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e da denominação da ação.

Art. 5º - O projeto de Lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo no dia 30 de setembro de 2006 e será composto de:

- Texto da lei;
- Consolidação dos quadros orçamentários;
- Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- Discriminação da Legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

- Do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica;
- Do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica;
- Da fixação da despesa do Município por função;
- Da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos;

DIORONDON			
Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficiais			
Impressão, Distribuição e Assinatura			
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias,526			
Vila Aurora - fone (66) 411-5285			
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h			
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000			
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: Gastão de Matos			
Diário Oficial:Luiz Antonio da Silveira Abreu			
Home page:www.rondonopolis.mt.gov.br			
E-mail:diorondon@rondonopolis.mt.gov.br			
Tabela de Preços do Diorondon			
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município(via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros	
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

V – Da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elabora a proposta;

VI – Da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – Da receita para o exercício a que se refere a proposta;

VIII – Da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

IX – Da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

X – Da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

XI – Da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

XII – Do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

XIII – Das despesas e receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

XIV – Da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XV – Do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica segundo a origem dos recursos;

XVI – Demonstrativo da despesa na forma dos anexos 2 e 6 a 9 da Lei nº 4.320/64;

XVII – Demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XVIII – Descrição sucinta de cada unidade administrativa, competência e legislação pertinente a cada uma delas;

XIX – Demonstrativo da receita e despesas dos Fundos Especiais.

Art. 6º - Para o atendimento do equilíbrio entre a receita e a despesa do Poder Executivo, a cada bimestre, avaliará o comportamento da receita real arrecadada, para que em caso negativo, aplicar o limitador de empenho, previsto no artigo 9º da Lei Complementar 101/2.000, tomando-se por base o percentual não realizado em relação à receita realizada no mesmo período do ano anterior.

§ 1º - Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - No caso de limitação de empenho e de movimentação financeira de que trata o *caput* deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – com pagamento da dívida pública e encargos.

Art. 7º - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 2007, observadas as determinações contidas nesta Lei e no artigo 2º da Constituição Federal, até o dia 30 de julho de 2006, para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração.

Federal, até o dia 30 de julho de 2006, para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração.

Art. 8º - Os valores da Receita e da Despesa serão orçados com base na estimativa da arrecadação de 2006, considerando as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária, não superior dos (doze) meses anteriores ao mês de julho de 2006.

Art. 9º - A estimativa da receita que consta do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 10 - A estimativa da receita dada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alterações na legislação do contribuinte e a justa distribuição de renda.

Art. 11 - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

- I - dos tributos de sua competência;
- II - de atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;
- III - de transferência por força de mandamento constitucional, ou de convênios firmados com entidades privadas e governamentais em todas as esferas de governo, nacional ou internacional;
- IV - de transferências voluntárias definidas pelo Governo Estadual e Federal;
- V - de empréstimos tomados por antecipação da receita, autorizados por Lei;
- VI - de empréstimos e financiamentos autorizados por Lei específica, vinculadas às obras e/ou serviços públicos;
- VI - de transferências do FUNDEF, de acordo com o art. 2º da Lei nº 9424/96;
- VII - de doações do setor privado destinado aos programas de incentivo cultural e outros.

Art. 12 - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

a) – a Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do artigo 167 da Constituição;

b) – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização Legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros ou orçamentários;

c) – as despesas com o pagamento da Dívida Pública, Encargos Sociais, de salários e Restos a Pagar, terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 13 - As unidades orçamentárias não poderão ter consignado novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e a seu cargo.

Parágrafo Único – Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 14 – É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes e associações de servidores, e as doações a título de subvenções sociais destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social, deverão observar rigorosamente a legislação pertinente.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2007 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do Município, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de Lei especial.

Art. 15 - Para os efeitos da ressalva de que trata o artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental cujo valor não ultrapasse, pagas por serviços, o limite de 2% (dois por cento) e para obras de engenharia o limite de 4% (quatro por cento) calculados sobre a receita corrente líquida estimada para o exercício de 2007.

Art. 16 - No exercício de 2007, a concessão de qualquer vantagem, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderá ser efetuados, em ambos os Poderes, desde que:

- a) - haja reserva dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;
- b) - não provoquem desatendimento do limite legal de comprometimento aplicável às despesas com pessoal inativo;
- c) - não possibilitem seja ultrapassado aos 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder;
- d) - não desatendam a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar nº101/00.

Art. 17 - Atingido o limite de despesa total com pessoal, previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, aplicar o disposto nos artigos 22 e 23 do mesmo instrumento legal.

Art. 18 – A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferência de recursos do município para custeio de despesas de competência de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, mediante convênio, acordo ou ajuste, de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei Complementar n.º 101/00.

Art. 19 – As prioridades estabelecidas no Anexo I à presente Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual e estejam compatíveis com o Plano Plurianual.

Parágrafo Único – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

Art. 20 – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- a) - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- b) - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 21 – Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão limitação de suas despesas mediante a aplicação de redutor equivalente ao percentual de queda da arrecadação em face do valor programado, considerada a receita acumulada do exercício, sobre o total dos créditos aprovados de cada Poder.

464/2006	LUCIMARA JOSÉ PEREIRA DE SOUZA SILVA	R\$ 330,39 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 12/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARCIA ANDRÉIA DE LARA, NA UMEI JESSICA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

465/2006	MARIA DAS DORES DE SOUZA FEITOSA	R\$ 410,56 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 14/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: SHIRLEY RODRIGUES DOS SANTOS, NA E.M. MELCHIADES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

466/2006	OSVALDINA SILVA ALVES BISPO	R\$ 308,36 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 14/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: JOSÉ MARCELINO DE FREITAS, NA E.M. VILA ROSELY, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

467/2006	GEORGINA LUIZA DE LARA	R\$ 325,04 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 14/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: VANUSA FERREIRA DE SILVA SOUZA, NA E.M. GISÉLIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

468/2006	MARA LUIZA NOVAES MOREIRA	R\$ 520,36 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 14/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ANGELA MARIA FERRON, NA UMEI MÃE MARGARIDA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

469/2006	FABIO AGUIAR	R\$ 371,48 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 16/06/2006	02 11 121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: JOSÉ NUNES FERREIRA, NA E.M. MARCELO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

470/2006	TELMIA LUCIA SOARES RODRIGUES DE SOUZA	R\$ 187,69 MENSAL	EDU.	01/06/2006 A 16/07/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: NEIDE MARIA REA DE SOUZA, NA E.M. R. VILA PAULISTA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

471/2006	MARIA GISÉLIA DOS SANTOS MESTRE	R\$ 1.484,61 MENSAL	EDU.	01/06/2006 A 16/07/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ELIDA SOLIS DE SOUZA, NA UMEI MÃE MARGARIDA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

478/2006	DALVA DOS REIS MIRANDA ALVES	R\$ 762,47 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 26/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARLI ODETE PISSETTI, NA E.M. ROSALINO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

479/2006	ELIANA DA SILVA FEITOSA ALMEIDA	R\$ 29,33 GLOBAL	EDU.	UM DIA 02/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: TEREZINHA DE FARIA AVILA DOS SANTOS, NA E.M. DULCINEIA CASCÃO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

480/2006	KEILA ALVES FERREIRA SOUZA	R\$ 29,33 GLOBAL	EDU.	UM DIA 02/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: NEUZELI FUZA, NA E.M. ALCIDES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

481/2006	IRANI ALVES DE SOUZA	R\$ 185,74 GLOBAL	EDU.	02/06/2006 A 09/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA ODETE BASILIA NOGUEIRA, NA E.M. ROSALINO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

482/2006	LECY APARECIDA MARTINS	R\$ 110,13 GLOBAL	EDU.	03/06/2006 A 07/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: JANETE GEORGES BADIM, NA E.M. JAROM GRAMADO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

483/2006	GILMACI BARBOSA BARAUNA INACIO	R\$ 137,66 GLOBAL	EDU.	05/06/2006 A 09/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: EDNA PADIM GUIMARÃES, NA UMEI JONAS PINHEIRO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

484/2006	ELIZANGELA TEIXEIRA RODRIGUES NUNES	R\$ 146,63 GLOBAL	EDU.	05/06/2006 A 09/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: EVALNICE DE FATIMA CORREA, NA E.M. GILDZIA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

485/2006	ALEX DA SILVA CARDOSO	R\$ 395,90 GLOBAL	EDU.	05/06/2006 A 14/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA INES MACCASSI, NA E.M. R. VILA PAULISTA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

486/2006	ADRIANO MENDES PALECO	R\$ 696, MENSAL	EDU.	06/06/2006 A 16/07/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ANTONIO CARLOS NASCIMENTO, NA E.M. FIRMICIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

487/2006	VALDIRENE DA SILVA LIMA	R\$ 87,98 GLOBAL	EDU.	07/06/2006 A 09/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: JACKELINE FRANKLIN, NA E.M. ROSALINO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

488/2006	MARCIA SILVA DE FREITAS	R\$ 109,97 GLOBAL	EDU.	07/06/2006 A 09/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ELZA FRANCISCA MARQUES, NA UMEI MONTEIRO LOBATO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

489/2006	SILVANA THIGO	R\$ 1099,71 MENSAL	EDU.	08/06/2006 A 06/07/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: APARECIDA IANHES PROENÇA, NA UMEI NATALIA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

490/2006	MARILEI CASTILHO DA SILVA	R\$ 44,05 GLOBAL	EDU.	08/06/2006 A 09/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA DE LURDES ARRUDA, NA E.M. 1º DE MAIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

491/2006	SUZANA LEMS DA COSTA ALVES	R\$ 58,65 GLOBAL	EDU.	08/06/2006 A 09/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: CLEUNICE DIAS DOS SANTOS, NA E.M. CPAC, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

492/2006	KECIA RUBIA DE SOUZA	R\$ 73,31 GLOBAL	EDU.	08/06/2006 A 09/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ADRIANA DE SOUZA CARVALHO, NA UMEI PEQUENOS BRILHANTES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

493/2006	ROSA DE OLIVEIRA NUNES	R\$ 27,53 GLOBAL	EDU.	UM DIA 09/06/2006	02 05 1236121202034034 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ROSELY DE ALMEIDA SANTOS, NA UMEI MONTEIRO LOBATO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

PORTARIA Nº 8.341, DE 26 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre a nomeação da Sra. APARECIDA CASTILHO POLIZEL para ocupar o cargo em comissão de Gerente de Departamento Administrativo Escolar, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a Sra. APARECIDA CASTILHO POLIZEL para ocupar o cargo em comissão de Gerente de Departamento Administrativo Escolar, vinculada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos a 02/06/2006.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 26 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.342, DE 26 DE JUNHO DE 2006

Dispõe sobre a nomeação da Sra. LUIZA LIMA FERREIRA aprovada em Concurso Público, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. LUIZA LIMA FERREIRA, classificada em 24º lugar, para ocupar o cargo de Auxiliar de Higienização e Apoio Docente, Referência A, Nível III, aprovada em Concurso Público, conforme Edital Complementar nº 003 de 31 de maio de 2006, publicado no Diário Oficial do Município de Rondonópolis - MT, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base na Lei Complementar nº 003 de 05/05/2000 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 26 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

Autorização



Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Rondonópolis
Secretaria Municipal de Saúde
Vigilância Sanitária



AUTORIZAÇÃO

O Setor de Vigilância Sanitária – SMS/VISA, da COORDENADORIA DE SAÚDE COLETIVA, de acordo com a PORTARIA Nº: 10, publicada no Diário Oficial do dia 11/11/2005, página 02, concede Registro/Autorização para o estabelecimento que abaixo menciona:

Razão Social: H. S. Silva & Cia Ltda

Nome do Estabelecimento: Droga Junior

Autorização Nº: 0003/2006/SMS/Farmácia /Drogaria

Nº do CNPJ: 33.673.385/0001-07

Nº do Processo: 0003

Endereço: Rua Fernando Correia da Costa

Nº 10

Bairro: Centro

CEP: 78.700-000

Município: Rondonópolis

Mato Grosso

ATIVIDADE: Adquirir/ Armazenar/ Dispensar medicamentos à base de substâncias Retinóicas, de uso Sistêmico.

Registre-se

Registre-se

Cumpra-se

Maria J. Miranda Rocha
Chefe de Setor da Vigilância Sanitária – SMS/MT

Rondonópolis, 26 de Junho 2006.

Contrato

RELAÇÃO DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS/JUNHO-01

N.ºCON	CONTRATADO	VALOR	SEC.	PERÍODO	DOTAÇÃO
--------	------------	-------	------	---------	---------

PROFESSORES SUBSTITUTOS

459/2006	IRANI ALVES DE SOUZA	R\$ 23,22 GLOBAL	EDU.	UM DIA 01/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: MARIA ODETE BASILIA NOGUEIRA, NA E.M. ROSALINO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

460/2006	MARILEI CASTILHO DA SILVA	R\$ 44,05 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 02/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ANA PAULA DA SILVA MESQUITA, NA E.M. TANCREDO NEVES, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

461/2006	CACIA SIMONIA VIEIRA DE FREITAS	R\$ 73,31 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 02/06/2006	02 05 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 30 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: CLAUDIA APARECIDA DO NASCIMENTO, NA UMEI NATALIA, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

462/2006	CLAUDIA GILVANE LAMBERTI BISSACO	R\$ 58,65 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 02/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 24 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: ZELIA CRISTINA FREITAS BORGES, NA E.M. EDIVALDO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

463/2006	JOSIENE LOPES DE CARVALHO SANTOS	R\$ 116,09 GLOBAL	EDU.	01/06/2006 A 05/06/2006	02 11 1236121202045045 3190110000
CONTRATAÇÃO DA (O) PROFESSOR (A) P/MINISTRAR 19 HORAS/AULAS, EM SUBSTITUIÇÃO DO (O) PROFESSOR (A) EFETIVO: WILSON JOSÉ SOARES, NA E.M. FIRMICIO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 003 DE 05/05/2000 E Nº 005 DE 18/05/2001.					

§ 1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

§ 2º - O valor obtido será reduzido nas dotações escolhidas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º - Quando a queda na arrecadação se der dentre as receitas oriundas do FUNDEF ou de transferências dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será procedida pelo Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

§ 4º - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 5º - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às relações efetivadas, por ato de cada Poder.

Art. 22 – Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, na forma do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, cabendo a ambos os Poderes limitarem o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.

Art. 23 - O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua Finalidade, que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar voltado para:

§ 1º - Através de Ação Planejada e Transparente, cumprir Metas de Resultados entre Receitas e Despesas;

§ 2º - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, Obedecer a Limites e Condições no que tange a:

- a) Renúncia de Receita;
- b) Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras;
- c) Dívidas Consolidada e Mobiliária;
- d) Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita - ARC;
- e) Concessão de Garantia;
- f) Inscrição em Restos a Pagar.

Art. 24 – Para possibilitar o atendimento das metas e prioridades fixadas no Anexo I ou dos programas incluídos na Lei Orçamentária, a Prefeitura autorizada proceder a abertura de créditos adicionais, no orçamento de 2007, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa orçamentária fixada, podendo, ainda, reanexar ou transferir recursos de uma categoria econômica de um programa para outra ou de uma unidade para outra, considerando os recursos no fim deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus parágrafos da Lei nº 4320/64.

Art. 25 – A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência, nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a pelo menos uma das seguintes condições:

a) – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do artigo 12º da Lei Complementar 101/2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuições.

§ 1º - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º - O disposto neste artigo não se aplica:

a) – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao desses respectivos custos de cobrança.

Art. 26 – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2007, no âmbito de cada Poder, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no Artigo 20, Inciso II, da Lei Complementar nº101, 04/05/2000 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.

Art. 27 - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta Lei.

§ 1º - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente Lei poderão ser ajustadas à proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas.

§ 2º – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

Art. 28 - No Orçamento Anual do Município constarão obrigatoriamente:

- I - recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;
- II - recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;
- III - recursos destinados à cobertura de Precatória, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;
- IV - recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;
- V - recursos destinados à capacitação, treinamento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e reciclagem profissional dos servidores públicos, visando a qualidade e a produtividade dos serviços;
- VI - recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal;
- VII - recursos destinados à manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme art. 2º da Lei Federal nº 9424/96;
- VIII - recursos destinados à manutenção dos demais fundos previstos na estrutura administrativa e orçamentária para o exercício de 2007;
- IX - recursos destinados a autarquias.
- X - recursos destinados a manutenção das ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional n.º 29, de 13/09/00

Art. 29 – O Orçamento da Secretaria de Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência, assistência social e contera, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

Art. 30 – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária financeira.

Art. 31 – As alterações orçamentárias relativas à modalidade de aplicação e aquelas em que impliquem em mudanças de grupo de despesas aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificados pelo Poder Executivo, mediante edição de decreto, aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesas.

Art. 32 – As operações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento de despesas.

Art. 33 – Ao projeto de Lei Orçamentária somente não poderão ser apresentadas emendas quando houverem dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

II. – forem relativas a:

- a) dotação para pessoal e encargos sociais;
- b) serviços da dívida;
- c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos de transferências do Estado e da União e de financiamentos.

Art. 34 – Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Art. 35 – Durante a execução orçamentária do exercício de 2007, não poderão ser canceladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades, salvo se comprovada a existência de valores excedentes nas respectivas dotações.

Art. 36 – A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2007, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100 e seus parágrafos, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os órgãos e entidades da administração pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

Art. 37 - O Projeto de Lei Orçamentária deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas, observando o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais.

Art. 38 - A LOA - Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho:

- I- À previsão da Receita;

I- À fixação da Despesa.

Parágrafo Único - Não se inclui na proibição a autorização para abertura de Créditos Suplementares e contratação de Operações de Crédito, ainda que por ARO - Antecipação de Receita Orçamentária, nos termos da lei.

Art. 39 - O projeto de LOA - Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com o PPA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

Art. 40 - As Emendas ao Projeto de LOA - Lei do Orçamento Anual ou aos Projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I - Sejam Compatíveis com o PPA - Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - Indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas, os provenientes, de Anulação de Despesas, excluídas, as que incidam sobre:

- a) Dotações, para Pessoal e seus Encargos;
- b) Serviço da Dívida;

III - Sejam Relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões;
- b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 41 - A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Retenção de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem Implementadas as Medidas de Compensação.

Art. 42 - Até 31 de outubro de 2.006 o Executivo poderá submeter ao Legislativo propostas de Alteração da Legislação tributária, que objetivem propiciar condições para o cumprimento de metas bimestrais de arrecadação, a serem implementadas na forma do artigo 13 da Lei Complementar n.º 101/00.

I - revisão das taxas, observando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

II - revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - imposto sobre Transmissão Intermédios e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

IV - revisão das alíquotas do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza;

V - revisão das alíquotas do IPTU;

VI - instituição de taxas pela utilização ativa ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados, com intuito de custos a sua disposição;

VII - revisão das isenções dos tributos municipais, para garantir interesse público e a justiça social.

Parágrafo Único - Ocorrendo alterações na Legislação tributária, o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários, incorporando ao orçamento municipal, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

Art. 43 - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

Art. 44 - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde e de saneamento.

Art. 45 - O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2007, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais para dinamizar, operacionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária.

Art. 46 - A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência no valor até 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2007, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fonte de recursos destinada a abertura de Créditos Adicionais.

Art. 47 - As transferências voluntárias de recursos do Município para outro ente da Federação, mediante contrato, convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 48 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações necessárias em sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa e com o objetivo único de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder público municipal.

Art. 49 - Somente poderão ser incluídas no projeto de Lei Orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações de crédito que já tenham sido autorizadas pelo Poder Legislativo, até 20 de agosto de 2006.

Art. 50 - O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento) relativo ao somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 efetivamente realizados no exercício financeiro de 2006, cujo parâmetro define o montante da previsão orçamentária destinada ao Legislativo relativa ao exercício de 2007.

Art. 51 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas.

Art. 52 - Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei Complementar n.º 101/00, com vistas ao cumprimento dos resultados estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, Anexo II desta Lei.

§ 1º - É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações que não estejam previstas na programação de despesa.

§ 2º - O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Art. 52, da Lei Complementar n.º 101/2000.

§ 3º - O Relatório da Gestão Fiscal, será emitido pelo Chefê do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 4º - Até o fim dos meses de maio e setembro de 2.007 e de janeiro de 2.008, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada semestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Art. 53 - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar desapropriação de imóveis urbanos, que se refere o parágrafo 3º do Art. 182 da Constituição federal, observando o disposto no Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000.

Art. 54 - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagens ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 55 - Na hipótese de até 31 de dezembro de 2.006, o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2.007, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

I - no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

II - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 56 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 57 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
Rondonópolis, 20 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

ADILTON DAS NEVES
Secretário Municipal de Governo

PORTARIA Nº 8.335, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre retificação da Portaria nº 2.104 de 25/05/1992, que dispõe sobre conceder Aposentadoria por Idade ao Servidor ADELINO CAVALCANTE DE SOUZA.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria nº 2.104 de 25/05/1992, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder Aposentadoria por Idade ao Servidor ADELINO CAVALCANTE DE SOUZA, Servidor em Regime C.L.T no cargo de Agente de Vigilância, Matrícula nº. 26654, Nível II, Ref. 3, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, com fulcro no art. 40, inciso III, alínea "d" da Constituição Federal, art. 132, inciso III, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e Art. 53, inciso III, alínea "d" da Lei Municipal nº 1.752 de 17 de agosto de 1990 - Estatuto do Funcionário Público Municipal."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.336, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre retificação da Portaria nº 3.292 de 28/02/1996, que dispõe sobre conceder Aposentadoria por Tempo de Serviço à Servidora ILDA ROSA DE OLIVEIRA.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria nº 3.292 de 28/02/96, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder Aposentadoria por Tempo de Serviço à Servidora ILDA ROSA DE OLIVEIRA, Servidora em Regime Estatutário no cargo de Instrutora, Matrícula nº. 1144, Ref. 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com fulcro no art. 40, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, e sua redação original, art. 132, inciso III, alínea "b" da Lei Orgânica do Município e Art. 53, inciso III, alínea "b" e artigo 3º da Lei Municipal nº 1.752 de 17 de agosto de 1990 - Estatuto do Funcionário Público Municipal."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.337, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre retificação da Portaria nº 2.137 de 08/12/1992, que dispõe sobre conceder Aposentadoria por Tempo de Serviço à Servidora MARLY ALVES FALCA.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da Portaria nº 2.137 de 08/12/1992, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Conceder Aposentadoria por Tempo de Serviço à Servidora MARLY ALVES FALCA, Servidora em Regime Estatutário no cargo de Chefe de Departamento, Matrícula nº. 110205, Nível VIII, Ref. 15, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, com fulcro no art. 40, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, em sua redação original, art. 132, inciso III, alínea "a" e art. 122 da Lei Orgânica do Município e Art. 53, inciso III, alínea "a" da Lei Municipal nº 1.752 de 17 de agosto de 1990 - Estatuto do Funcionário Público Municipal."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.338, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre exoneração o Sr. JOSEMAR RAMIRO E SILVA do cargo em comissão de Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o Sr. JOSEMAR RAMIRO E SILVA do cargo em comissão de Presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO, nomeado através da Portaria nº 6.119, de 14 de maio de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.339, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre a exoneração do Sr. APARECIDA CASTILHO POLIZEL do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração Escolar, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a Sr. APARECIDA CASTILHO POLIZEL do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Administração Escolar, nomeada através da Portaria nº 7.097 de 01 de janeiro de 2005 / Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos a 01/01/2006.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 8.340, DE 26 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre nomear o Sr. JOSEMAR RAMIRO E SILVA para ocupar o cargo em comissão de Diretor Executivo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o Sr. JOSEMAR RAMIRO E SILVA para ocupar o cargo em comissão de Diretor Executivo do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis - IMPRO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 26 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada
no DIORONDON.

GASTÃO DE MATOS
Secretário Municipal de Administração

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
PROGRAMA: 2070 – Apoio Educacional							
INDICADORES: Taxa de Crianças Atendidas e Transportadas							
ÍNDICE RECENTE: 90% 11%		ÍNDICE DESEJADO: 100% 15%					
OBJETIVO: Promover os órgãos do sistema educacional com ações complementares para o êxito dos programas finalísticos da educação							
Descrição da Ação	Tipo	Fase/ Subação	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ 1,00)
- Executar o programa diário de transporte na escola PDE	P	012 361	Programa executado	unidade	2007	1	20
- Executar o Programa plano desenvolvimento da escola - PDE	P	012 361	Programa executado	unidade	2007	1	90
- Manter o transporte escolar	A	012 361	Alunos atendidos	unidade	2007	1.496	500
- Manter o transporte escolar – salário educação	A	012 361	Alunos beneficiados	unidade	2007	500	500
- Executar o Convênio Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT – Fundação UNISIELVA	P	012 363	Alunos beneficiados	unidade	2007	45	200
- Programa Nacional de apoio transporte escolar FNATE	A	012 361	Programa mantido	unidade	2007	1	120
- Programa Entidade do Transporte Escolar	A	012 361	Programa Mantido	unidade	2007	1	360
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							1.760

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
PROGRAMA: 2080 – Gestão do Sistema de Educação							
INDICADORES: Percentual de Profissionais da Educação Qualificados / Grau de Satisfação da População / Percentual de Servidores Administrativos Capacitados							
ÍNDICE RECENTE: 80%, 85% e 70%, respectivamente				ÍNDICE DESEJADO: 88%, 92% e 77%, respectivamente			
OBJETIVO: Implementar e aprimorar o modelo de gestão administrativa e financeira das instâncias dirigentes das unidades escolares e SEMEC							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Executar o Programa de qualificação dos profissionais da educação	P	012 361	Profissionais qualificados	unidade	2007	500	100
- Manter o Gabinete	A	012 122	Gabinete mantido	unidade	2007	1	150
- Executar o Programa de capacitação dos servidores administrativos	P	012 122	Servidores beneficiados	unidade	2007	50	20
- Manter e conservar a sede da secretaria municipal de Educação	A	012 122	Prédio mantido	unidade	2007	1	50
- Manter as atividades da secretaria	A	012 361	Secretaria mantida	unidade	2007	1	270
- Ampliar a secretaria municipal de educação	P	012 122	Secretaria ampliada	m²	2007	50	50
- Pagar Contribuição ao PASEP	A	012 331	Servidores beneficiados	unidade	2007	1.260	220
- Implantar Laboratório de informática nas escolas municipais	P	012 361	Laboratório implantado	unidade	2007	10	60

- Recolher a contribuição previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	1	30
- Adquirir móveis, máquinas e equipamentos- SME	P	012 122	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	8	30
- Programa Nacional de Saúde da Escolar- PNSE	P	012 361	Programa mantido	unidade	2007	1	40
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE				1.020			
TOTAL DA SECRETARIA				1.020			

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							
PROGRAMA: 2090 – Combate às Carências Nutricionais							
INDICADORES: Taxa de Alunos da Rede de Ensino Atendidos							
ÍNDICE RECENTE: 90%				ÍNDICE DESEJADO: 100%			
OBJETIVO: Organizar o fornecimento da merenda escolar a alunos do ensino infantil e fundamental, buscando suprir suas necessidades nutricionais e erradicar a fome							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Executar o Programa nacional de alimentação escolar - PNAE	A	012 306	Alunos beneficiados	unidade	2007	11.800	440
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							440
TOTAL DA SECRETARIA							32.389

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO							
PROGRAMA: 2100 – Trânsito Racional							
INDICADORES: Grau de Satisfação da População							
ÍNDICE RECENTE: 77%				ÍNDICE DESEJADO: 95%			
OBJETIVO: Adequar o sistema viário para dar maior fluidez ao tráfego de veículos do município e garantir a operacionalização do aeroporto Marinho Franco							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manutenção do asfalto	A	015 451	Asfalto mantido	m²	2007	18.800	400
- Ampliar a sinalização horizontal e vertical	P	015 451	Sinalização horizontal e vertical ampliada	m²	2007	18.800	400
- Conservar a sinalização horizontal e vertical	A	015 782	Sinalização horizontal e vertical conservada	m²	2007	18.800	300
- Manter o Aeroporto	A	026 781	Passageiros atendidos	unidade	2007	3.800	165
- Construir rotatórios	P	015 451	Rotatórios construídos	unidade	2007	03	176
- Recolher contribuição previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	1	30
- Adquirir móveis, máquinas e equipamentos	P	004 122	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	8	30
- Pagar despesas de exercícios anteriores	A	004 122	Despesas pagas	unidade	2007	20	20
- Construção e Ampliação da Sede da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	P	015 451	Sede da SETRAT construída	m²	2007	300	300
- Construção de abrigo em parada de ônibus	P	015 453	Abrigos construídos	unidade	2007	50	110
- Conservação e reforma de abrigos em parada de ônibus	A	004 122	Abrigos conservados	unidade	2007	24	55

- Construção de abrigos cobertos nas paradas de ônibus	P	015 453	Abrigos construídos	unidade	2007	5	28
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE				3.594			
TOTAL DA SECRETARIA				3.594			

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E CONTABILIDADE GERAL	
PROGRAMA: 2110 – Planejamento e Gestão Fiscal	
INDICADORES: Taxa de Projetos Elaborados (em relação à necessidade das carências do município)	
ÍNDICE RECENTE: 15%	ÍNDICE DESEJADO: 30%
OBJETIVO: Reestruturar a Secretaria para atender a demanda de estudos e elaboração de projetos da Prefeitura, criar sistema de acompanhamento do desenvolvimento e execução dos projetos e melhoria na metodologia para elaboração do PPA, LDO e LOA	

Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter as atividades da secretaria	A	004 121	Secretaria mantida	unidade	2007	1	1.650
- Adquirir Móveis, Máquinas e Equipamentos	P	004 121	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	20	55
- Pagar despesas de exercícios anteriores	A	004 121	Despesas pagas	unidade	2007	20	20
- Recolher a contribuição previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	28	180
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE				1.985			
TOTAL DA SECRETARIA				1.985			

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO							
PROGRAMA: 2120 – Incentivo ao Desenvolvimento Industrial, Comercial e Serviços							
INDICADOR: População Desempregada							
ÍNDICE RECENTE: 20%				ÍNDICE DESEJADO: 12%			
OBJETIVO: Incentivar as empresas do município nas áreas da indústria, comércio e serviços, visando o incremento do PIB do município							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter programa de incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial e serviços	P	022 661	Programa mantido	unidade	2007	1	50
- Manter atividades da Secretaria	A	004 122	Secretaria Mantida	unidade	2007	1	940
- Executar convênio com Coop. dos Profissionais de Fiação e Produção Têxtil Araraial de Algodão- Fiba Nativa	P	022 662	Parceria efetivada	unidade	2007	1	30
- Manter o Stand da Exposição / Agrishow e Festival Internacional do Peixe	A	004 122	Stand mantido	unidade	2007	3	50
- Manter Serviços Nacional de Emprego- SINE	A	011 332	Serviço mantido	unidade	2007	1	100
- Manter Associação de desenvolvimento Econômico – Banco do Grito	P	022 691	Associação mantida	unidade	2007	1	50
- Manter o Distrito Industrial	A	004 122	Distrito industrial mantido	unidade	2007	1	300
- Recolher contribuição previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	30	120
- Adquirir móveis, máquinas e equipamentos	P	004 122	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	20	80

- Pagar despesas de exercícios anteriores	A	004 122	Despesas pagas	unidade	2007	6	20
- Executar convênios com os Sindicatos	A	004 122	Convênio executado	unidade	2007	1	20
- Manter Banco da MT Fomento	A	004 122	Banco mantido	unidade	2007	1	30
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE				1.790			

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO							
PROGRAMA: 2130 – Desenvolvimento do Turismo							
INDICADORES: Taxa de Incremento no Turismo							
ÍNDICE RECENTE: 10%				ÍNDICE DESEJADO: 18%			
OBJETIVO: Proporcionar atividades voltadas à divulgação do potencial turístico e econômico do município e região							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter as atividades do turismo	A	023 695	Atividades do turismo mantida	unidade	2007	1	80
- Divulgar as potencialidades turísticas	A	023 695	Divulgação mantida	unidade	2007	1	10
-Manter fundo municipal de turismo – FUMTUR	A	023 695	Atividades do fundo mantida	unidade	2007	1	100
- Ampliar a infra – estrutura do turismo	P	023 695	Turismo ampliado	m²	2007	60%	50
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							240
TOTAL DA SECRETARIA							2.030

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL / FUNDO MUNICIPAL							
PROGRAMA: 2140 – Assistência a Crianças e Jovens							
INDICADORES: Taxa de Atendimento a Jovens e Adolescentes							
ÍNDICE RECENTE: 80%				ÍNDICE DESEJADO: 55%			
OBJETIVO: Desenvolver atividades sócio-educativas com crianças e adolescentes, buscando inseri-los no contexto social, reduzindo a chance de reincidência							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Executar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	P	008 243	Crianças atendidas	unidade	2007	1.900	1.900
- Executar o Programa Sentinela	P	008 243	Crianças e adolescentes atendidas	unidade	2007	85%	200
- Executar o Projeto de Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social	P	008 244	Jovens atendidos	unidade	2007	500	140
- Manter e implantar o Departamento de Ação Social	P	008 243	Departamento implantado	unidade	2007	1	10
- Manter o Projeto de Ação Social- Edo- Apoio às Famílias- PASEP	P	008 243	Programa mantido	unidade	2007	110	450
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE						2.700	

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL / FUNDO MUNICIPAL							
PROGRAMA: 2150 – Enfrentamento à Pobreza							
INDICADORES: Taxa de População carente / Taxa de famílias atendidas / Taxa de mulheres vítimas de violência							
ÍNDICE RECENTE: 68%, 60% e 80%, respectivamente				ÍNDICE DESEJADO: 90%, 90%, 95% e 90%, respectivamente			
OBJETIVO: Melhorar a empregabilidade do trabalhador, reduzindo os riscos de desemprego e sub-emprego, elevando a produtividade e a renda e manter as ações comunitárias às pessoas vulnerabilizadas							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Item ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter comitê de acompanhamento	P	008 244	Programa executado	unidade	2007	1	40
- Implantar o Projeto de Erradicação de Famílias carentes	P	008 244	Famílias carentes atendidas	unidade	2007	70	100
- Executar o Programa Emergencial	A	008 244	Programa executado	unidade	2007	1	60
- Manter e manter depósito comunitário – Casa da Solidariedade	P	008 244	Depósito construído	m²	2007	170	10
- Manter e conservar a casa da família	A	008 306	Casa da família mantida	unidade	2007	1	40
- Construir a Unidade de produção Alimentar	P	008 306	Unidade de produção construída	m2	2007	220	25
- Manter e conservar a unidade alimentar	A	008 306	Unidade alimentar mantida	unidade	2007	1	10
- Construir abrigo para crianças e adolescentes vítimas de violência – Projeto Alacarte	P	008 243	Crianças vítimas de violência atendidas	percentual de mulheres vítimas de violência	2007	80%	155
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE				1.320			

- Capacitar e Gerar Empregos alternativos à população	P	008 244	População desempregada atendida	unidade	2007	70	200
- Executar o programa de atenção integral à família – PAIF	P	008 244	Programa executado	unidade	2007	1	300
- Executar o programa mães articuladas	P	008 244	Programa executado	unidade	2007	1	10
- Manter o Projeto Migrante	A	008 244	Projeto mantido	unidade	2007	1	80
- Manter o Centro de Referência da Assistência Social- CRAS	A	008 244	Centro Mantido	unidade	2007	1	100
- Manter o Serviço de Promoção às Famílias de Benefício de Prestação Continuada- DPC	A/P	008 244	Serviço de promoção implantado e mantido	unidade	2007	1	30
- Convênio Sócio Educativo Meio Aberto	A	008 244	Convênio executado	unidade	2007	1	100
- Programa de Mini-Desenvolvimento Social e Consumo à Fome- MDS	A	008 244	Programa executado	unidade	2007	1	60
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE				1.320			

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL / FUNDO MUNICIPAL							
PROGRAMA: 2160 – Atenção ao Idoso							
INDICADORES: Taxa de Atendimento ao Idoso							
ÍNDICE RECENTE: 78%				ÍNDICE DESEJADO: 85%			
OBJETIVO: Atender pessoas idosas em suas necessidades gerais, integrando-o à comunidade, proporcionando-lhes atividades ocupacionais e recreativas							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter centros de convivência	A	008 241	Centros de convivência mantidos	unidade	2007	1	60
- Manter Pao de Alta Complexidade I - API / Abrigo Proteção Social a Família	P	008 241	Pessoas idosas atendidas	unidade	2007	1.600	240
- Manter o conselho municipal do idoso	A	008 241	Conselho mantido	unidade	2007	1	20
- Construir, ampliar e reformar centros de convivência	P	008 241	Centros de convivência construídos e / ou reformados	m2	2007	450	25
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							345

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO							
PROGRAMA: 2270 – Gestão do Sistema Administrativo							
INDICADOR: Melhoria na Qualificação dos Servidores							
INDICE RECENTE: 85%				INDICE DESEJADO: 100%			
OBJETIVO: Desenvolver uma política de integração e motivação dos recursos humanos da Prefeitura							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter as atividades da Secretaria	A	004 122	Secretaria Mantida	unidade	2007	1	6.700
- Contribuir ao Paup	A	011 331	Servidores beneficiados	unidade	2007	600	1.210
- Implantar o infóvia Municipal	P	004 122	Infóvia implantada	ml	2007	10	180
- Adquirir Móveis, Máquinas e Equipamentos	P	004 122	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	10	500
- Recolher a contribuição previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	50	390
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							8.980
TOTAL DA SECRETARIA							14.770

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER							
PROGRAMA: 2280 – Difusão Cultural							
INDICADORES: Taxa de Satisfação da População / Taxa de Atividades Culturais Ofertas							
INDICE RECENTE: 82% e 85%, respectivamente				INDICE DESEJADO: 92% e 95%, respectivamente			
OBJETIVO: Garantir espaço cultural destinado ao desenvolvimento artístico no município							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Realizar despesas com eventos artísticos e culturais tradicionais do município	A	013 392	Eventos realizados	unidade	2007	4	440
- Manter as atividades da cultura	A	013 392	Atividades culturais mantida	unidade	2007	8	880
- Construir centros de eventos	P	013 392	Centro de eventos construídos	unidade	2007	300	100
- Adquirir equipamento para a cultura	P	013 392	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	6	120
- Apoiar os meios artísticos e à produção cultural	A	013 392	Artistas do município	Satisfação dos artistas do município	2007	85%	130
- Ampliar e reformar o centro cultural José Sobrinho	P	013 392	Centro cultural ampliado e reformado	m2	2007	600	20
- Implantar bibliotecas comunitárias	P	013 392	Bibliotecas implantadas	unidade	2007	3	55
- Recolher contribuição previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	2	100
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							1.845

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER							
PROGRAMA: 2290 – Desenvolvimento do Esporte							
INDICADORES: Grau de Satisfação dos Atletas / Taxa da População Beneficiada							
INDICE RECENTE: 75% e 70%, respectivamente				INDICE DESEJADO: 83% e 95%, respectivamente			
OBJETIVO: Garantir espaço público destinado ao esporte e lazer							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
-Manter o gabinete do secretário	A	004 122	Gabinete do Secretário Mantido	unidade	2007	1	190
-Construir pistas para prática de "SKATE"	P	027 812	Pistas implantadas	m2	2007	600	50
-Realizar jogos esportivos municipais, regionais e estaduais	A	027 812	Jogos realizados	unidade	2007	1	110
-Auxílio ao esporte amador e profissional de Rondonópolis	A	027 812	Atletas beneficiados	unidade	2007	20	120
-Apoiar a atividade das escolinhas de futebol do município	A	027 812	Escolinhas de futebol	unidade	2007	10	100
-Construir quadras de areia	P	027 812	Quadras construídas	m2	2007	200	110
-Conservar e reformar praças de esporte	A	027 812	Praças de esporte conservadas	unidade	2007	16	110
-Manter as atividades do esporte	A	027 812	Atividades de esporte mantidas	unidade	2007	100	610
-Manter e reformar estádios, mini-estádios e campos de futebol	A	027 812	Praças de esportes conservada	m2	2007	200	110

- Pagar despesas de exercícios anteriores	A	004 122	Despesas pagas	unidade	2007	15	30
- Adquirir equipamentos e material pessoal	P	027 812	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	12	70
- Construir e ampliar estádios, mini-estádios, campos de futebol e quadras	P	027 812	Unidades esportivas construídas	m2	2007	1.800	135
- Construir e ampliar de quadras poliesportivas	P	027 812	Quadras poliesportivas construídas	m2	2007	3000	135
- Construir praças de esporte	P	027 812	Praças de esporte construídas	m2	2007	11.000	275
- Construir e ampliar ginásios e praças poliesportivas	P	027 812	Ginásio e praças construídas	m2	2007	8000	220
- Recolher contribuição previdenciária - esporte	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	35	35
- Recolher contribuição previdenciária - gabinete	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	10	10
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							2.440
TOTAL DA SECRETARIA							4.285

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E URBANISMO							
PROGRAMA: 2300 – Habitação e Urbanismo							
INDICADOR: Taxa de Qualidade Ambiental no Meio Urbano / Taxa de Esgotamento Sanitário / Qualidade da Malha Viária Urbana / Quantidade de Estradas Construídas							
ÍNDICE RECENTE: 30%, 29%, 40% e 95%				ÍNDICE DESEJADO: 45%, 41%, 60% e 98%			
OBJETIVO: Proceder a variação dos logradouros, conservar vias públicas expandir e manter a rede de iluminação pública e dar destinação final adequada ao lixo de forma a preservar a qualidade do meio ambiente e a saúde da população							
Descrição da Ação	Tipo	Função Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Limpar, capilar, terrenos baldios e logradouros públicos	A	015 452	Terrenos baldios e logradouros públicos limpos	unidade	2007	1.500	130
- Conservar e manter a rede de iluminação pública	A	025 751	Rede de elétrica conservada	km	2007	200	700
- Limpar vias públicas	A	015 452	Vias públicas limpas	Km	2007	660	1.500
- Construir e ampliar estradas vicinais	P	026 782	Estradas vicinais construídas e ampliadas	Km	2007	15	55
- Construir guias e sarjetas	P	015 451	Guias e sarjetas construídas	m	2007	3.700	380
- Conservar e manter vias pavimentadas	A	015 452	Vias pavimentadas conservadas e mantidas	Km	2007	200	1.500
- Conservar e manter vias não pavimentadas	A	015 452	Vias não pavimentadas conservadas	Km	2007	600	1.000
- Pavimentar vias urbanas	P	015 451	Vias urbanas pavimentadas	Km	2007	80	8.200
- Canalizar e drenar córregos e rios	A	018 544	Córregos e rios canalizados e conservados	ml	2007	300	600
- Conservar, adaptar e limpar galerias de águas pluviais	A	015 452	Galerias de águas pluviais conservadas / adaptadas	m	2007	1.800	500

- Controlar a erosão e recuperar áreas degradadas	P	018 543	Áreas degradadas recuperadas	m	2007	900	65
- Ampliar o sistema de água e esgoto	P	017 512	Sistema de água e esgoto ampliado	km	2007	70	4.500
- Conservar e reformar a canalização e drenagem de córregos e rios	A	018 541	Canalização e drenagem mantidas	ml	2007	440	150
- Conservar guias e sarjetas	A	015 452	Guias e sarjetas conservadas	m	2007	2,75	250
- Construir galerias de água pluvial e serviços complementares	P	017 512	Galerias de água pluvial construídas	m	2007	1.400	4.500
- Implantação, Conservação e Manutenção da Usina Asfáltica	P	015 451	Usina de asfalto implantada	unidade	2007	1	10
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							24.040

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E URBANISMO							
PROGRAMA: 2310 – Gestão do Sistema de Infra-Estrutura							
INDICADOR: Quantidade de Infra-Estrutura Necessária							
INDICE RECENTE: 50%				INDICE DESEJADO: 60%			
OBJETIVO: Promover o processo de planejamento e gestão do sistema de infra-estrutura urbana no município							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter as atividades da secretaria	A	004 122	Secretaria mantida	unidade	2007	1	1.800
- Adquirir máquinas e equipamentos	P	004 122	Equipamentos adquiridos	unidade	2007	10	130
- Conservar e reformar imóveis públicos	A	004 122	Imóveis conservados	unidade	2007	1	60
- Construção e Ampliação de Imóveis Públicos	P	004 122	Imóveis públicos construídos e ampliados	unidade	2007		200
- Construir e Ampliar o Prédio da Câmara	P	004 122	Ampliação do prédio da câmara	unidade	2007	1	10
- Pagar despesas de exercícios anteriores	A	004 122	Despesas pagas	unidade	2007	20	30
- Recolher contribuição previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	55	200
- Manutenção e conservação do paço municipal	A	004 122	Paço mantido e conservado	unidade	2007	1	100
- Ampliação do Paço Municipal	P	004 122	Ampliação do paço municipal	Unidade	2007	1	100
- Manter a Autorização e licenciamento de logradouros públicos	P	018 543	Logradouros públicos autorizados e licenciados	unidade	2007	10	820

- Conservar e reformar praças e jardins	A	015 452	Praças e jardins reformados e conservados	unidade	2007	12	1.200
- Construir praças públicas	P	015 452	Praças construídas	m2	2007	1	100
- Construir rede de esgoto da sede e distritos	P	025 752	Rede de iluminação pública ampliada	Km	2007	15	410
- Conservar e reformar estradas vicinais	A	026 782	Estradas vicinais conservadas e reformadas	km	2007	220	1.000
- Conservar e reformar pontes, bueiros e mata-burros	A	026 782	Pontes, bueiros e mata-burros mantidos	unidade	2007	6	220
- Construir pontes, bueiros e mata-burros	P	026 782	Pontes, bueiros e mata-burros construídos	unidade	2007	5	330
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							6.710

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E URBANISMO							
PROGRAMA: 2320 – Morar Melhor							
INDICADORES: Índice de Redução da População de Favelas e Famílias Sem Moradia							
INDICE RECENTE: 12%				INDICE DESEJADO: 5%			
OBJETIVO: Reduzir a população habitacional do município à população de baixa renda							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Construir Casas Populares para Famílias de Baixa Renda	P	016 482	Casas populares construídas	unidade	2007	10	15
- Construir Conjuntos Habitacionais – FETAB	P	016 482	Casas populares construídas	unidade	2007	2.000	1.500
- Aquisição de Bolsa de Material de Construção para Unidades Habitacionais	A	016 482	Casas populares construídas		2007		1.500
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							3.015

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA							
PROGRAMA: 2330 – Eletrificação Rural							
INDICADORES: Taxa da População Rural Beneficiada							
INDICE RECENTE: 85%				INDICE DESEJADO: 97%			
OBJETIVO: Garantir a ampliação e manutenção da rede de eletrificação rural							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
-Manter as Atividades da Secretaria	A	004 122	Secretaria mantida	unidade	2007	1	1.200
Adquirir Móveis, Máquinas e Equipamentos	A	004 122	Equipamentos Adequados	unidade	2007	15	50
Recolher Contribuições Previdenciária	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2007	10	120
- Ampliar a rede de eletrificação rural e serviços complementares	P/A	025 752	Rede de eletrificação rural ampliada e mantida	m	2007	66	120
- Conservar e manter a rede de eletrificação rural	A	025 751	Rede de eletrificação rural mantida	m	2007	770	120
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							1.610

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA							
PROGRAMA: 2340 – Produção e Abastecimento							
INDICADOR: Taxa de Pequenos Produtores Atendidos							
INDICE RECENTE: 30%				INDICE DESEJADO: 60%			
OBJETIVO: Garantir a implantação da central de abastecimento e o apoio aos pequenos produtores rurais							
Descrição da Ação	Tipo	Função/ Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ 1.000)
- Manter programa de apoio à pequenos produtores rurais, lavagem comunitária e irrigação	P	020 605	Pequenos produtores rurais atendidos	unidade	2007	55	200
- Manter auxílio financeiro para prod. movimento trabalhadores rurais sem terra	P	004 122	Pequenos produtores rurais atendidos	unidade	2007	25	10
- Desenvolver Programa de Irrigação	A	020 607	Programa de Irrigação Mantido	unidade	2007	1	250
- Apoio ao Programa de Irrigação	A	020 609	Programa mantido	unidade	2007	1	250
- Implantação do Projeto de Florestação	P	020 601	Projeto mantido	unidade	2007	1	150
- Manutenção do Centro de Apoio à Agricultura Familiar	A	004 122	Centro Mantido	unidade	2007	1	60
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							920

DECRETO Nº 4.299, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

Altera o horário de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais, no dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogar pela Copa do Mundo, e dá outras providências.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI, PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

Considerando a participação da Seleção Brasileira de Futebol na Copa do Mundo no mês de junho de 2006,

Considerando que o brasileiro é um torcedor apaixonado por sua seleção e tem interesse em assistir às partidas e comemorar os resultados,

D E C R E T A :

Art. 1º Nos dias em que a Seleção Brasileira de Futebol jogar às 11:00 horas (horário local) pela Copa do mundo, o horário de funcionamento nas Repartições Públicas Municipais será das **07:00 horas às 10:30 horas**.

Art. 2º - E quando os jogos ocorrerem às 15:00 horas (horário local), o expediente será **07:00 horas às 13:00 horas**.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

V – DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DA RENÚNCIA DE RECEITA E DE MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Os valores correspondentes à Renúncia de Receitas provenientes das legislações específicas que as autorizou em exercícios anteriores. As quais continuam sendo aplicadas, estão plenamente contempladas no anexo de metas fiscais previstas para o período do 2007 a 2009, não justificando alterações na Legislação Tributária do Município para definir qualquer compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal.

AValiação DOS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS CAPAZES DE AFETAR AS CONTAS PÚBLICAS

Eventuais queda de arrecadação nos anos de 2007 a 2009, em função de alteração da Legislação tributária deverá ser coberta com recursos consignados no Orçamento a título de Reserva de Contingência, em montante equivalente ao diferencial entre o Resultado Primário e o Montante da Dívida Pública, na forma da Alínea b, Inciso III, Artigo 5º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para fazer frente a esse risco.

LEI Nº 4.874, DE 22 DE JUNHO DE 2006.

Que dispõe sobre denominar de RUA MARIA MACEDO PRATA, a atual Rua 03, no Bairro Residencial Bela Vista, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica denominada de RUA MARIA MACEDO PRATA, a atual Rua 03, no Bairro Residencial Bela Vista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 22 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 4.875, DE 22 DE JUNHO DE 2006.

Que dispõe sobre denominar de RUA CLARA MARIA DE BRITO, a atual Rua 04, no Bairro Residencial Bela Vista, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica denominada de RUA CLARA MARIA DE BRITO, a atual Rua 04, no Bairro Residencial Bela Vista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 22 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 4.876, DE 22 DE JUNHO DE 2006.

Que dispõe sobre denominar de AVENIDA RAIMUNDO FRANCISCO XAVIER, a atual Avenida 04, no Bairro Residencial Bela Vista, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica denominada de AVENIDA RAIMUNDO FRANCISCO XAVIER, a atual Avenida 04, no Bairro Residencial Bela Vista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 22 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário Municipal de Governo

Decreto

GGM/2006/R 09 Rondonópolis, 26 de junho de 2006.

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 4.285, DE 12 DE JUNHO DE 2006 (Concede elevação de nível aos Servidores Municipais, vinculados a Secretaria Municipal de Educação (CONSEDE), e dá outras providências, PUBLICADO NO DIORONDON Nº 1.291 DE 21 DE JUNHO DE 2006.

► ONDE SE LÊ:

MA	CONT	NOME	CARGO	ADM	SIT. FUNCIONAL	MOV. DO MES	RETROAGIR A DT REQ SERV	ESCOLARIDADE ATUAL	CURSOS HABILITADOS	CLASSE ATUAL
118494	1	DANIELLE CRISTINE RAMOS DA SILVA	ADM	02/06/2003	CONCURSADO	06/2006	29/05/06	SUP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	B

► ONDE SE LÊ:

MATR	CONT	NOME	CARGO	ADM	SIT. FUNCIONAL	MOV. DO MES	RETROAGIR A DT REQ SERV	ESCOLARIDADE ATUAL	CURSOS HABILITADOS	CLASSE ATUAL
118494	1	DANIELLE CRISTINE RAMOS DA SILVA	ADM	02/06/2003	CONCURSADO	06/2006	29/05/06	SUP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	C

DECRETO Nº 4.298, DE 23 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Pensão por Morte, ao Sr. MILTON SOARES DE LARA, viúvo da Sra. JOVITA ALVES DE LARA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...**DECRETA:**

Art. 1º Conceder o Benefício de Pensão por Morte, ao Sr. MILTON SOARES DE LARA, portador do RG nº 267815 – SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 035.079.931-49, em virtude do falecimento de sua esposa, a Sra. JOVITA ALVES DE LARA, Servidora Pública Municipal, em regime Estatutário, nomeada pela Portaria nº 3.379 de 16/04/1996, no cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, Matrícula nº 58670, Nível I, Ref. 1, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com base no Art. 40, § 7º, da Constituição Federal, com redação dada pela EC nº 20/98, Art. 132, § 5º, da Lei Orgânica do Município e Art. 53, §§ 5º e 10º, da Lei Municipal nº 1.752 de 17 de agosto de 1990.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do óbito (28/08/1999).

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 23 de junho de 2006; 90º da Fundação e 52º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES
Secretário Municipal de Governo

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA									
PROGRAMA: 2350 – Desenvolvimento Agrícola e Pecuário									
INDICADOR: Índice de Micro-Produtores Atendidos									
ÍNDICE RECENTE: 100% ÍNDICE DESEJADO: 60%									
OBJETIVO: Fortalecer a agricultura e pecuária no município, promovendo sua competitividade nos mercados consumidores e melhorando a qualidade de vida da população rural									
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)		
- Manter o Stand da Exposição	A	004 122	Stand Mantido	unidade	2007	1	20		
- Manter auxílio financeiro ao Sindicato Rural de Rondonópolis	P	004 122	Sindicato rural auxiliado	unidade	2007	1	40		
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							60		

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA									
PROGRAMA: 2350 – Abastecimento de Água Rural									
INDICADOR: Taxa de produtores rurais beneficiados									
ÍNDICE RECENTE: 82% ÍNDICE DESEJADO: 96%									
OBJETIVO: Garantir abastecimento de água na zona rural									
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)		
- Conservar e reformar o sistema de abastecimento de água rural	A	017 311	Abastecimento de água rural conservado e reformado	m	2007	4.900	50		
- Ampliar o sistema de abastecimento de água rural	P	017 311	Sistema de abastecimento de água rural ampliado	m	2007	3000	100		
- Manter o centro de abastecimento (feira de vila rural)	A	020 605	Centro de abastecimento mantido	m²	2007	15000	110		
- Qualificar mão de obra rural	A	020 605	Mão de obra qualificada	unidade	2007	150	30		
- Manter programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - Prorural	P	020 606	Programa Mantido	unidade	2007	1	50		
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							340		
TOTAL DA SECRETARIA							2.930		

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE									
PROGRAMA: 2370 – Conservação de Recursos Naturais Renováveis									
INDICADOR: Taxa de Qualidade Ambiental									
ÍNDICE RECENTE: 60% ÍNDICE DESEJADO: 80%									
OBJETIVO: Ampliar o reforestamento das nascentes, margens de rios e córregos do município									
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)		
- Manter programas de controle na qualidade	A	018 341	Programa executado	unidade	2007	1	90		
- Manutenção das Atividades da Secretaria	A	044 122	Secretaria mantida	unidade	2007	1	650		
- Adquirir Móveis, Maquinário e Equipamentos	P	004 122	Equipamentos Adquiridos	unidade	2007	15	50		
- Recolher Contribuições Previdenciárias	A	009 271	Servidores Beneficiados	unidade	2007	15	80		
- Recuperar as margens dos rios na zona urbana	P	018 341	Preservação do meio ambiente	m	2007	1.100	80		
- Manter o Horto Florestal	A	018 341	Horto mantido	unidade	2007	1	250		
- Ampliar o Horto Florestal	P	018 342	Horto Florestal Ampliado	m²	2007	330	10		
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							1.240		

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE									
PROGRAMA: 2380 – Educação Ambiental									
INDICADOR: Taxa de Qualidade no Meio Ambiente									
ÍNDICE RECENTE: 74% ÍNDICE DESEJADO: 92%									
OBJETIVO: Garantir a arborização da cidade e remodelação das Praças, Jardins e Parques Públicos									
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)		
- Manter proteção ao meio ambiente (fiscalização, vigilância e fiscalização)	P	018 342	Meio ambiente fiscalizado implantado e mantido	unidade	2007	1	50		
- Construir Parques Ecológicos e Áreas de Preservação Permanente	P	018 342	Parques e áreas construídos	unidade	2007	7	2.200		
- Realizar semana do meio ambiente	A	018 341	Programa realizado	unidade	2007	1	30		
- Manter programa de educação ambiental	A	018 341	Programa mantido	unidade	2007	1	50		
- Implantação do Parque Municipal de Recreação	A	018 342	Parque implantado	unidade	2007	1	30		
- Implantação de Depósitos, Desmanche e Ponto Verde	A	018 342	Depósitos implantados	unidade	2007	5	40		
- Implantação dos Depósitos de Resíduos Diveros	A	018 342	Depósitos implantados	unidade	2007	5	10		
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							1.240		
TOTAL DA SECRETARIA							1.240		

UNIDADE RESPONSÁVEL: SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS									
PROGRAMA: 3010 – Saneamento Básico									
INDICADORES: Grau de Satisfação dos Clientes / Taxa de domicílios atendidos pelo Siste. de Higiene e Saneamento									
ÍNDICE RECENTE: 70% ÍNDICE DESEJADO: 80%									
OBJETIVO: Prover o saneamento básico e garantir o abastecimento de água e esgoto sanitários dos domicílios									

Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)		
- Ampliar e reformar o prédio do SANEAR	P/A	004 122	Prédio do DAE ampliado e reformado	unidade	2007	85%	200		
- Manter o encargo com o SANEAR	A	004 122	DAE mantido	unidade	2007	1	1.489		
- Ampliar a Hidrometração	P/A	017 512	Domicílios atendidos pelo sistema de hidrometração	percentual de domicílios atendidos	2007	100%	200		
- Contribuir ao PASIP	A	031 331	Funcionários beneficiados	percentual das obrigações tributárias e contributivas	2007	100%	190		
- Ampliar a rede de esgoto	P	017 512	Domicílios atendidos por rede de esgoto	Percentual de atendimento da população	2007	46%	224		
- Ampliar o sistema de distribuição de água	P	017 512	Domicílios atendidos por rede de água	percentual	2007	100%	650		
- Manter os sistemas de água e esgoto	A	017 512	Sistema de água e esgoto mantido	percentual	2007	93%	11.871		
- Construir cobertura para o reservatório de água na ETA- Estação de Tratamento de Água	P	017 512	Coberturas mantidas	unidade	2007	10	50		
- Pagar despesa com divulgação oficial	A	017 512	Divulgação mantida	percentual de divulgação da população	2007	100%	100		
- Manter o sistema de resíduos sólidos e destinação final	A	017 512	Sistema de resíduos sólidos e destinação final mantido	tonelada	2007	46.360	3.150		
- Adquirir imóveis	P	017 512	Imóveis adquiridos	unidade	2007	1	25		
- Manter a recuperação parcial do aterro controlado e abertura de uma célula	P	017 512	Sistema de resíduos sólidos e destinação final mantido	Percentual	2007	93%	110		
- Executar programa de distribuição de reservatório domiciliar à famílias carentes	P	017 512	Famílias atendidas	percentual	2007	25%	60		
- Realizar concurso público p/ manutenção de pessoal	P	004 122	Concurso realizado	percentual	2007	1	60		
- Executar programa de educação ambiental	P	017 512	Programa executado	percentual	2007	1%	70		
- Construção das instalações do aterro sanitário	P	017 512	Aterro sanitário construído	unidade	2007	1	100		
- Amortização do Parcelamento Justo e Rede Canal	A	017 512	Parcelamento Amortizado	percentual	2007	39,09 %	456		
TOTAL DO PROGRAMA							19.005		
TOTAL DO ORÇÃO							19.005		

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS
ESPECIFICAÇÃO	QUADRO B
Despesa Realizada	2003
30000000 DESPESAS CORRENTES	98.448.049
31000000 Pessoal e Encargos Sociais	43.169.665
31900100 Aposentadorias e Reformas	1.528.264
31900900 Salário Família	695.517
31901100 Vencimentos e Vantagens Fixas	51.702
31903000 Pensões	36.521.463
31901300 Obrigações Patronais	4.207.969
31909100 Sentenças Judiciais	96.750
31909200 Despesas Exercícios Anteriores	68.000
32902100 Juros da Dívida Contratada	204.538
33904300 Subvenções Sociais	764.250
33901400 Diárias - Civil	54.514.134
33903000 Material de Consumo	-
33903200 Material Distribuição Gratuita	90.247
33903300 Passagens e Despesas com Locomoção	874.436
33903500 Serviços de Consultoria	223.921
33903600 Outros Serviços de Terceiros - PJ	8.224.979
33903900 Outros Serviços de Terceiros - PF	2.904
33904700 Obrigações Tributárias e Contributivas	7.389
33904800 Outros Auxílios Financeiros à Pessoa Física	63.500
33909200 Despesas Exercícios Anteriores	3.701.498
33909300 Indenizações e Restituições	1.911.935
44000000 Investimentos	37.507.170
44704200 Auxílios	1.182.716
44905100 Obras e Instalações	122.245
44905200 Equipamentos e Material Permanente	10.000
44906100 Aquisição de Imóveis	392.625
46907100 Principal da Dívida Contratual	116.848
TOTAL GERAL	17.009.971
	3.817
	9.758.934
	2.798.918
	1.120.474
	3.327.828
	115.458.020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS
ESPECIFICAÇÃO	QUADRO B
Despesa Realizada	2004
30000000 DESPESAS CORRENTES	103.742.942
31000000 Pessoal e Encargos Sociais	53.676.937
31900100 Aposentadorias e Reformas	1.772.121
31900300 Pensões	584.021
31900400 Contratação por Tempo Determinado	46.774.219
31900900 Salário Família	46.774.219
31901100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	46.774.219
31901300 Obrigações Patronais	4.224.488
31901600 Outras Despesas Variáveis	125.096
31909100 Sentenças Judiciais	96.750
31909200 Despesas de Exercícios Anteriores	68.000
32902100 Juros Sobre a Dívida por Contrato	204.538
33000000 Outras Despesas Correntes	49.115.211
33201400 Diárias - Civil	54.514.134
33504100 Contribuições	26.048.500
33504300 Subvenções Sociais	974.134
33704100 Contribuições	1.265.991
33900400 Contribuição Fundo Deter	95.042
33901400 Diárias - Civil	17.460
33903000 Material de Consumo	425.090
33903200 Material de Distribuição Gratuita	90.247
33903300 Passagens e Despesas com Locomoção	7.085
33903500 Serviços de Consultoria	2.770.860
33903600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.787.806
33903700 Locação de Mão-de-Obra	31.582.229
33903900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	433.737
33904700 Obrigações Tributárias e Contributivas	462.213
33904800 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	187.273
33909100 Sentenças Judiciais	224.806
33909200 Despesas de Exercícios Anteriores	310.595
33909300 Indenizações e Restituições	29.290.036
40000000 Despesas de Capital	10.000
44704200 Auxílios	21.680.779
44905100 Obras e Instalações	2.220.488
44905200 Equipamentos e Material Permanente	1.599.754
44906100 Aquisição de Imóveis	3.657.108
46907100 Principal da Dívida Contratual Resgatada	133.032.979
TOTAL GERAL	143.700.402

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS
QUADRO C	2003
ITENS	FIXADO
A - RECEITAS	115.300.000
B - DESPESAS	115.300.000
C - RESULTADO NOMINAL	(5.420.000)
D - RESULTADO PRIMÁRIO	(5.676.100)
E - DÍVIDA PÚBLICA	47.418.145

DESCRIMINAÇÃO	2006	2007	2008	2009
A. RECEITA TOTAL	210.607.700	218.915.000	236.428.200	255.342.456
B. DESPESA TOTAL	210.607.700	218.915.000	236.428.200	255.342.456
C. RESULTADO NOMINAL	(10.690.000)	(11.545.200)	(12.468.816)	(13.466.321)
D. RESULTADO PRIMÁRIO	(9.524.500)	(10.286.460)	(11.109.376)	(11.998.126)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS
QUADRO D	2003
ESPECIFICAÇÃO	2004
DÍVIDA FUNDADA Anexo 16	40.312.029
DÍVIDA FLUTUANTE Anexo 17	7.106.116
Total da Dívida Pública	47.418.145

I - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS
QUADRO E	2005
ESPECIFICAÇÃO	2006
10000000 RECEITAS CORRENTES	103.742.942
11000000 Receita Tributária	20.041.414
12000000 Receita de Contribuições	8.224.979
13000000 Receita Patrimonial	1.772.121
14000000 Receita Agropecuária	1.584.021
15000000 Receita Industrial	1.182.716
16000000 Receita de Serviços	16.346.527
17000000 Transferências Correntes	106.675.500
19000000 Outras Receitas Correntes	8.956.177
20000000 RECEITA DE CAPITAL	26.048.500
21000000 Operações de Crédito	10.000.000
22000000 Alienação de Bens	538.500
23000000 Amortização de Empréstimos	29.290.036
24000000 Transferências de Capital	15.510.000
TOTAL GERAL	188.500.000
ESPECIFICAÇÃO	2005
30000000 DESPESAS CORRENTES	125.351.773
31000000 Pessoal e Encargos Sociais	50.894.300
32000000 Juros e Encargos da Dívida	1.200.000
33000000 Outras Despesas Correntes	73.257.473
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	38.478.835
41000000 Investimentos	29.579.636
45000000 Inversões Financeiras	4.599.200
46000000 Amortização da Dívida	4.300.000
99000000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.516.692
TOTAL GERAL	166.347.300

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS
QUADRO F	2006
ESPECIFICAÇÃO	2007
10000000 RECEITAS CORRENTES	103.742.942
11000000 Receita Tributária	20.041.414
12000000 Receita de Contribuições	8.224.979
13000000 Receita Patrimonial	1.772.121
14000000 Receita Agropecuária	1.584.021
15000000 Receita Industrial	1.182.716
16000000 Receita de Serviços	16.346.527
17000000 Transferências Correntes	106.675.500
19000000 Outras Receitas Correntes	8.956.177
20000000 RECEITAS DE CAPITAL	26.048.500
21000000 Operações de Crédito	10.000.000
22000000 Alienação de Bens	538.500
23000000 Amortização de Empréstimos	29.290.036
24000000 Transferências de Capital	15.510.000
25000000 Outras Receitas de Capital	15.510.000
Total Receitas de Capital	15.510.000
TOTAL GERAL	117.650.525

B - ESPECIFICAÇÃO	
DESPESA REALIZADA	2003
30000000 DESPESAS CORRENTES	98.448.049
31000000 Pessoal e Encargos Sociais	43.169.665
32000000 Juros e Encargos da Dívida	764.250
33000000 Outras Despesas Correntes	54.514.134
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	17.009.971
41000000 Investimentos	13.682.143
46000000 Amortização da Dívida	-
Total Geral	3.327.828
	115.458.020

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO	
B - ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS
DESPESA REALIZADA	2004
30000000 DESPESAS CORRENTES	103.742.942
31000000 Pessoal e Encargos Sociais	53.676.937
32000000 Juros e Encargos da Dívida	950.794
33000000 Outras Despesas Correntes	49.115.211
40000000 DESPESAS DE CAPITAL	29.290.036
41000000 Investimentos	25.632.928
45000000 Inversões Financeiras	-
46000000 Amortização da Dívida	3.657.108
TOTAL GERAL	133.032.979

II - DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS

As metas anuais do Governo Municipal, propostas para o triênio de 2006 a 2007, guardam estreita relação com o Plano Plurianual II, do Parágrafo 2º, do Artigo 4º da Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que prevê a participação responsável. Para tanto se adotou os seguintes parâmetros que norteiam o cenário dos valores correntes para o período mencionado.

Para o cálculo da Receita Total computou-se a receita diretamente arrecadadas, as transferências correntes e de capital e as receitas da administração indireta, excluindo-se a da CODER. O Resultado Primário é demonstrado no total das Receitas excluindo as receitas financeiras, operações de crédito e alienação de Bens (-) Total das Despesas excluídos os Juros e Amortização da Dívida Pública. O Resultado Nominal é demonstrado pelo total das Receitas excluindo as Receitas de Operações de Crédito (-) Total das Despesas excluídas as Amortizações da Dívida Pública.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS
QUADRO G	2005
ESPECIFICAÇÃO	2006
10000000 RECEITAS CORRENTES	187.555.200
11000000 Receita Tributária	26.095.600
12000000 Contribuições Sociais	6.656.000
13000000 Receita Patrimonial	2.174.249
14000000 Receitas de Serviços	16.431.855
15000000 Transferências Correntes	128.938.000
19000000 Outras Receitas Correntes	7.259.496
20000000 RECEITAS DE CAPITAL	23.052.590
21000000 Operações de Crédito	16.590.000
22000000 Alienação de Bens	334.500
24000000 Transferências de Capital	6.128.000
Transferência Fin. Recebida	4.928.000
TOTAL GERAL	215.535.700

ESPECIFICAÇÃO	
PREVISÃO	2006
30000000	158.832.000
31000000	75.156.000
32000000	1.500.000
33000000	82.176.000
40000000	51.775.700
41000000	37.345.700
45000000	5.180.000
46000000	5.900.000
99999999	3.350.000
Transferência Fin. Concedida	4.928.000
	215.535.700

III - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 2002 A 2004

O quadro abaixo demonstra a evolução do Patrimônio Líquido do Município nos três últimos exercícios, na forma do Inciso III, do Parágrafo 2º, do Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
ESTADO DE MATO GROSSO	EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
QUADRO H	2003
TÍTULOS	2004
ATIVO	2005
Ativo Financeiro	4.199.671
Ativo Permanente	86.190.310
TOTAL DO ATIVO	90.389.981
PASSIVO	122.499.423
Passivo Financeiro	8.475.104
Passivo Permanente	10.850.586
TOTAL DO PASSIVO	40.312.029
Ativo Real Líquido/ Passivo Real A Descoberto	48.787.133
Total Geral do Passivo	41.312.785

IV - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA

A Lei nº 2.185, de 2 de dezembro de 1999, criou o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Município de Rondonópolis, e a Lei 3370 de 15/12/2000, definiu a estrutura para a Concessão de Serviços de Assistência Médica, e a Lei 3410, de 21/12/2000, define o Plano de Custeio Previdenciário. O critério que deverá prevalecer com vista a manter equilibrado o sistema de previdência e que leva em consideração a legislação atual, é o seguinte:

O Regime de Previdência assume os encargos referentes aos benefícios previdenciários a partir de 01.01.2002. Os benefícios previstos para os servidores admitidos a partir da implantação do Regime foram limitados a R\$ 1.255,32.

RESERVAS MATEMÁTICAS NECESSÁRIAS	66.558.579,08
Benefícios a receber	66.558.579,08
Aposentadorias e Pensões Futuras	66.558.579,08
Benefícios - Servidores - Riscos Iminentes	-
Benefícios Concedidos	-
Atuais - Inativos	-
Pensões	-

TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES NORMAIS	C = (A+B)
Dos Servidores	40.419.972,53
11% da respectiva remuneração	() 22.260.437,36
Benefício a Conceder	22.260.437,36
Ativos	22.260.437,36
Ativos - Riscos Iminentes	-
Benefícios Concedidos	-
Inativos - Benefícios Futuros	-
Inativos - Benefícios Atuais	-
Pensionistas - Benefícios Atuais	-
Do Município	-
11% do total da folha de pagamento dos servidores ativos	-
RESUMO - RECEITAS X DESPESAS	(B) 22.260.437,36
+ Total geral das receitas	40.419.972,53
- Total dos encargos com benefícios	66.558.579,08
= Déficit previdenciário	26.138.606,55
= Déficit previdenciário remanescente	26.138.606,55

FINANCIAMENTO - CONTRIBUIÇÕES ESPECIAL / ADICIONAL

Contribuição Especial:
De 2010 a 2044; prestações anuais que variam de acordo com o tipo de projeção, a saber:

JUROS ATUARIAIS	MODERADA	AGRESSIVA
4.361.446,34	1.065.442,36	510.786,48